

SESSÕES DO PLENÁRIO

69ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de agosto de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (55) A Deputada Ivana Bastos encontra-se licenciada.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana): Gostaria de convidar o deputado José de Arimateia, que neste ato está como segundo-secretário, para fazer a leitura das atas.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO ad hoc (José de Arimateia): Gostaria de submeter ao Plenário as atas da 66ª sessão ordinária, realizada em 9 de agosto de 2023; da 9ª sessão extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2023; e da 24ª e 25ª sessões especiais, realizadas em 10 de agosto de 2023.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana): Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Neusa Cadore comunicando que nos dias 15 e 16 de agosto de 2023, participará de evento em Brasília, denominado Marcha das Margaridas.

Do Deputado Vitor Azevedo comunicando que, devido à presença na comitiva oficial do Governador Jerônimo Rodrigues na Cidade de Iaçú, esteve ausente na Sessão do dia 14/08/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O orador inscrito é o nosso craque do Bahia. Otto Alencar disse que operou o seu joelho, e você teria que ter jogado no Vitória, você traiu Otto. (Risos)

Então, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre Bobô.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana): Antes de passar a palavra para V. Ex.^a, queria devolver aqui a bola para o nosso presidente, que, quem sabe, poderá me apoiar daqui a 1 ano e meio.

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Marquinho, não se preocupe, não, em 2030 a gente pensa nesse assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, presidente, eu quero fazer uma saudação especial a Adolfo, presidente da Casa, e pedir a você, Adolfo, que permita que eu acesse, amanhã e na sexta-feira à tarde, a cidade de Campo Formoso na comitiva do nosso querido governador Jerônimo Rodrigues. Toda vez que a gente vai a Campo Formoso, a gente tem de pedir que você nos libere: “Vá, acesso liberado”.

Presidente, eu estive recentemente visitando o distrito de Igara, que você conhece muito bem, em Senhor do Bonfim, e, para quem não conhece, ele é um dos maiores distritos deste país. Lá moram 11 mil pessoas, é muito maior do que metade das cidades da Bahia, e eu quero chamar a atenção para um grave problema que tem acontecido, que é recorrente lá em Igara por conta do trânsito pesado de carretas, caminhões, inclusive, caminhões bitrens, carretas bitrens, oriundos da mina, da empresa que está ligada à cidade de Andorinha, a Ferbasa, ligada tanto a Andorinha quanto à cidade de Campo Formoso.

Só que, para o escoamento da produção de minério, e ela é uma das maiores mineradoras deste país, ela passa exatamente pelo centro do distrito de Igara. Os moradores já não aguentam mais isso.

Imaginem vocês, eu estive, na semana retrasada, visitando um ex-vereador, o Mimo, que está convalescendo de um problema de saúde, fiquei por 2 horas na sala da

casa desse amigo e, por 2 horas, transitaram mais de 30 caminhões. Imaginem vocês a insegurança, os familiares, e ali há muitas residências e muito comércio, não podem ter seus filhos brincando na porta de suas casas. A poeira, um absurdo. A poeira, um absurdo. Trincadas estão as paredes das casas dessas famílias.

E não se toma nenhuma atitude, nem a Prefeitura de Senhor do Bonfim, que não chama a Ferbasa para discutir essa questão, nem a Ferbasa toma a atitude de retirar esses caminhões, as carretas, quem sabe, construir um rodoanel ou desapropriar uma área qualquer para que essas famílias... Estou falando aqui de uma avenida que tem cerca de 1,5 quilômetro de extensão. Por ali circulam seguramente mais de 50 caminhões de manhã, de tarde e de noite, e a população já não aguenta mais.

Eu fui procurado por eles, por uma associação de moradores dessa avenida, avenida principal do distrito de Igara, que solicitou que a gente tome providências no sentido de convencer essa empresa, volto a repetir, a Ferbasa, sobre a necessidade de construir um novo acesso, quem sabe em parceria com o município do Senhor do Bonfim. Eu acho que é uma solicitação absolutamente justa, necessária e urgente para que essas providências sejam tomadas.

Eu mesmo irei, presidente, e eu quero pedir até o seu apoio, porque você conhece a direção, os dirigentes da Ferbasa, para que a gente possa, junto, construir uma solução para beneficiar, volto a repetir, cerca de 11 mil habitantes do distrito, dos mais importantes de Senhor do Bonfim, um dos maiores deste país, um dos maiores seguramente, se a gente pontuar cerca de 150 cidades da Bahia, esse distrito é o maior em população.

Então, pela importância dele, e sobretudo pela saúde mental, psicológica e segurança de seus filhos e filhas, das pessoas que moram no distrito de Igara, é absolutamente necessário que essa empresa se posicione, até porque ela não gera royalties para Senhor do Bonfim, ela só gera royalties para Andorinha e para Campo Formoso. E o meio de passagem dela para o escoamento da produção passa exatamente pelo coração, pelo centro desse distrito.

E aqui coloco isso com uma preocupação muito grande, não é de hoje, mas está aumentando gradativamente a produção e o escoamento. Portanto, mais caminhões, mais carretas estão passando pelo centro urbano desse grande distrito, desse importante distrito de Senhor do Bonfim.

Espero contar com o seu apoio, presidente, para juntos construirmos uma saída, uma alternativa que beneficie principalmente os moradores desse importante distrito, Senhor do Bonfim.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana. (Silêncio)

Com a palavra o deputado Diego.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, cumprimento a imprensa aqui presente, as galerias, todos os servidores e os novos colegas deputados.

Presidente, volto a reforçar a questão da pauta de ontem, que, no momento, está em evidência não só nesta Casa, mas no nosso estado: a questão dos professores, do pagamento dos precatórios. Não vai ser, presidente, com mentiras e com hipocrisias charlatãs que esse governo vai resolver o problema da educação.

Já foi demonstrado aqui que, para cada problema do estado, o governo tem uma peça publicitária para resolver, e nada mais. Para cada nuvem de problemas, tem uma peneira para tapar o sol com uma mentira. O que a gente precisa, o que o estado precisa, presidente, é de ações propositivas, é de medidas que vão direto à raiz do problema, sem engodos, sem obscuridades.

Por falar em obscuridade, eu me remeto ao texto que o governo enviou a esta Casa referente ao pagamento dos precatórios. O que diz o texto? E por que toco sempre na questão, assim como todos os colegas da Oposição que têm esse mesmo sentimento? Porque o texto não é claro. O texto, o art. 3º do Projeto de Lei nº 25.028/2023, que versa sobre a questão, diz: (Lê) *“Art. 3º. Aos profissionais do Magistério da Educação Básica serão devidos 60% (sessenta por cento) da segunda parcela dos recursos devidos...”*

Quando o texto vai se remeter à forma como isso irá acontecer na prática, fala apenas da norma, do instrumento que viabilizou, que é a ADPF nº 528, do Distrito Federal, a arguição de descumprimento de preceito fundamental. Mas, de maneira clara, não dá segurança nenhuma para esses pagamentos.

Com base nisso, junto com os colegas da Oposição, estamos apresentando, presidente, uma emenda aditiva que prevê expressamente no texto, e não de maneira genérica e obscura como aqui está, os 60% por meio do precatório judicial a título de complementação do Fundef, incluindo os juros moratórios.

Tem de estar expresso no texto o pagamento com a correção e com a inclusão dos juros. Somente se remeter a uma norma genérica não é garantia de nada, é enxugar gelo, é mentira, é engodo, é apenas normatizar e regulamentar uma incerteza que todos nós já sabemos. Então, Sr. Presidente, esse é o sentimento dos nossos colegas de oposição nesta Casa e acredito ser o de muitos que, acima de tudo, defendem a educação.

E mais, professores, repito a questão: não votem mais na esquerda, parem de votar no PT e nos seus asseclas. Abram o olho. É isso que eles oferecem a vocês: mentiras, enganos, hipocrisias e charlatanismo. Até quando vocês vão continuar dando murro em ponta de faca? Até quando? Abram o olho!

Estou eu aqui, deputado de direita, bolsonarista, conservador, que não teve apoio da classe, mas que entende que essa é uma questão humanitária e que não deve ser olhada com revanchismo, porque, como disse, além da saúde e da segurança pública, a educação compõe também o tripé das políticas públicas. Não se faz educação sem olhar para o material humano que a concretiza no dia a dia, os professores. E não há que se falar em valorização dos professores sem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tocar, de maneira clara, direta e responsável naquilo que lhe dá verdadeiramente a dignidade – como todo mundo gosta de falar, essa palavra, esse princípio, o da dignidade da pessoa humana –, que é a questão salarial e que tem natureza alimentar.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, Sr. Presidente... Queria aqui também agradecer, em primeiro lugar, a Deus e, em segundo, a todos da imprensa que estão aqui para poder levar à população as informações que se passam nesta Casa, os debates.

Sr. Presidente, eu apresentei nesta casa hoje uma moção de congratulação e aplausos em homenagem ao Dia do Obreiro Universal.

(Lê) “Neste ano, o Dia do Obreiro Universal é reconhecido em 20 de agosto. A data é celebrada desde 2014, pela Lei Estadual nº 12.956, e, por este motivo, através desta moção, envio um simbólico abraço a todos os obreiros e obreiras que, de forma genuína e voluntária, têm trabalhado incansavelmente em favor do auxílio na propagação do evangelho...”

E aqui, Sr. Presidente, eu estou fazendo essa referência porque, como será no domingo agora, o terceiro domingo, nós não poderíamos deixar de lembrar desse importante segmento que são os obreiros.

“Os Obreiros da Igreja Universal são voluntários que recebem e aconselham as pessoas que buscam uma palavra de conforto, que ouvem calmamente as aflições e angústias, e procuram alguma forma de apresentar uma resolução para problema.

Os Obreiros presentes nas mais de 130 igrejas espalhadas pelo mundo são os responsáveis por atender quem precisa de auxílio em comunidades carentes, hospitais, casas de recuperação, presídios, e demais locais onde houver uma pessoa necessitada de amparo espiritual. São voluntários que exercem o trabalho de oração, libertação espiritual e ensino da Palavra de Deus.

Eu, pessoalmente, já tive a privilégio de servir ao meu Senhor como um obreiro e reconheço a importância desses agentes para a propagação do evangelho.

Nesta ocasião ainda mais especial, quero parabenizar todos os Obreiros da Bahia, que sem cessar trabalham em prol da Palavra, dando conforto, esperança e motivação.

(...)

Diante da importância do trabalho voluntário e social dos Obreiros Universal, é justo e oportuno que esta Casa homenageie e destaque a passagem do Dia do Obreiro Universal, em face de toda a sua representatividade não apenas na Bahia, mas no Brasil e no mundo.

Dê-se ciência desta Moção de Congratulação e Aplausos em homenagem ao Dia do Obreiro Universal, ao responsável pelos obreiros do estado da Bahia, pastor Adalto Camilo e ao bispo responsável pelo trabalho evangelístico da Universal na Bahia, Sérgio Corrêa.”

Aqui eu quero parabenizar o deputado Jurailton Santos, que amanhã vai realizar uma sessão especial em homenagem a todos os obreiros da Igreja Universal da Bahia. Vale a pena lembrar, Sr. Presidente, que, na Bahia, nós temos hoje mais de 17 mil obreiros. No Brasil, são mais de 168 mil obreiros espalhados. Parabenizo a Igreja Universal na pessoa do bispo Edir Macedo, que teve essa direção divina para ganhar almas. E os obreiros têm sido a coluna da Igreja Universal do Reino de Deus tanto no Brasil como no mundo. Parabenizo todos os obreiros, e que Deus os abençoe! Vamos em frente ganhar almas!

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

Deputado Marcinho, se não for falar de Monte Santo.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu quero, em primeiro lugar, fazer render as minhas homenagens à atriz Léa Garcia, que nos deixou na madrugada de ontem, e realmente é um sentimento muito profundo. Eu tive a oportunidade de conhecê-la recentemente, há menos de 2 meses, na mostra que o nosso mandato apoiou, que foi realizada aqui no Icba, a *Mostra Lugar de Mulher é no Cinema*.

Léa Garcia foi a homenageada nesta mostra, trouxe toda a sua bagagem, a sua trajetória bonita, de luta, de resistência, enquanto mulher negra que desbravou os caminhos da televisão brasileira, do cinema. Não é possível pensar nessas novas atrizes que ocupam lugar de destaque e de protagonismo nas novelas e nos filmes da nossa TV, do nosso cinema ou mesmo no teatro sem levar em conta a contribuição dada pela nossa grande Léa Garcia, que construiu sua história a partir do Teatro Experimental do Negro ao lado do grande Abdias do Nascimento, o seu companheiro.

Léa, no dia em que estivemos juntas na abertura da mostra de cinema... fomos jantar juntas com um grupo de companheiras, o pessoal do Sindsefaz, inclusive, estava naquele restaurante, e nos juntamos, nos unimos todos para ouvirmos as histórias de Léa Garcia, ouvirmos como foram as gravações de *Orfeu Negro*, um filme que marcou a história da luta antirracista nas telas de cinema, com a grande contribuição que ela deu.

Ela foi premiada por diversas vezes pela sua participação não só neste filme, mas em outras obras como *Filhas do Vento*, que é um filme de um outro grande amigo, o Joel Zito, cineasta, e ela estava indo a Gramado, compartilhou conosco que estaria indo a Gramado para ser homenageada na noite de ontem.

Quando eu soube da notícia, estava em Cachoeira, na Festa da Boa Morte, ao lado do governador Jerônimo Rodrigues. Realmente foi um impacto muito grande saber que, em tão pouco tempo após tê-la conhecido, aquela mulher forte, vibrante, entusiasmada, que me falou, aos 90 anos de idade, que estava com a agenda cheia de coisas, e ela tinha muitos planos...

Ela chegou, inclusive, a fazer a cortesia de ir lá no Museu do Amanhã no dia 15 do mês passado, onde lancei o livro *Mulher Preta na Política*, e ela estava lá ao meu lado e disse: “Filha, eu não lhe disse que eu viria?”, e eu fiquei muito emocionada porque, embora em tão pouco tempo, sendo tão breve a amizade, nós constituímos um laço muito bonito, muito afetivo.

Portanto, eu quero honrar aqui a memória da Léa Garcia, agradecer a ela por tudo, por todo o seu legado, toda a sua grandeza em favor do avanço, da luta para que mais mulheres negras, mais mulheres pretas e todo o povo negro possam ocupar, neste país, um espaço de igualdade.

Finalizo aqui, portanto, essa parte da minha fala, presidente, encaminhando a moção de aplausos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à memória da Léa Garcia por tudo que ela representa para a televisão, para o teatro e para o cinema brasileiro.

Também, Sr. Presidente, quero dizer que estou ávida por ver o desfecho da história dessa quadrilha de ouro, de diamantes, de joias neste país que foi governado por uma verdadeira quadrilha tosca, que saiu roubando tudo o que viu pela frente, fazendo tráfico, inclusive, de joias, uma vergonha para o povo brasileiro, uma vergonha para o nosso país. Então, esse presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) esse “despresidente”, agora inelegível, com sua esposa Michele, melhor dizendo, “Micheque”, deixaram essa mancha que, com certeza, será objeto de investigação profunda. Aliás, as provas fartas já estão aí, e o lugar desse cara nunca foi na Presidência, mas, sim, na cadeia. Nós vamos, sim, assistir a uma tomada de providências contra esse golpista, ladrão, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) que fez esse saque ao patrimônio público do nosso país.

Muito obrigada pela sua tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana): Departamento de Taquigrafia, suprima alguns... alguns palavrões que foram citados aí na... Porque não ficará bem ter uma nota taquigráfica com esses nomes. Por favor, suprimir.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcinho.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, saudar todos os funcionários da Casa, todos que nos assistem pelas galerias, pela *TV ALBA*, também pelo YouTube.

Sr. Presidente, na segunda-feira última, estive aqui nesta tribuna relatando algumas situações em um município, especificamente o município de Monte Santo, aqui na Bahia. E falo isso, aqui na Bahia, pois ontem o meu colega, meu amigo deputado Marcelinho Veiga, disse nesta tribuna que não é saudável trazer discussões políticas aqui para a Casa.

Eu concordo com o deputado Marcelinho Veiga, mas a questão é que eu não trouxe a política aqui para a Casa. Eu, simplesmente, usando o meu mandato outorgado pelo povo da Bahia, trouxe para este Plenário uma situação insustentável. Eu vim ao Plenário para cobrar agilidade na apuração de um crime, um crime que aconteceu, deputado Sandro Régis, na cidade de Monte Santo, onde o cidadão que criticava a prefeita foi alvejado por dois tiros disparados pelo irmão dela, em plena luz do dia, em praça pública. Hoje esse mesmo cidadão encontra-se participando de festas na cidade e na região.

Eu falei isso, “cobrança”, e o deputado Marcelinho Veiga falou totalmente o contrário, falou que a cidade é o país das maravilhas, ele usou a palavra aqui para dizer que o povo de Monte Santo passa fome e passa sede. Oh, meu deputado Marcelinho Veiga, meu amigo, eu tenho casa em Monte Santo, se a sua prefeita não o convida para ir lá, eu quero convidá-lo para você conhecer a realidade.

O povo de Monte Santo é um povo humilde e trabalhador. Se passa necessidade naquela cidade, é por falta de políticas públicas que melhore a vida daqueles sertanejos sofridos.

As escolas ou a creche que ele disse que foi inaugurar foram obras do antigo prefeito Jorge Andrade; o hospital que ele disse que foi inaugurar, no qual eu estive presente também, foi com os recursos colocados pelo deputado João Bacelar no governo Jorge Andrade.

Hoje existem diversas escolas com construção ainda sem conclusão, da gestão passada, do governo Jorge Andrade, da gestão 2012-2016, como a de Lage do Antônio, região quilombola onde eu fui recentemente entregar um trator, como também na região de Lage Grande, onde eu também fui recentemente entregar outro trator.

Então, deputado Marcelinho Veiga, tenho um carinho, uma admiração e uma amizade muito boa e profunda e não me magoei quando você disse que eu estou com dor de cotovelo, porque essa dor não me pega. Eu falo disso na cidade porque eu tenho pleno conhecimento de onde fica Lage Grande, de onde fica Lage do Antônio, a Pedra Vermelha, o Mulungu, o Mundo Novo. Eu sei onde fica a Lagoa do Saco, a Lagoa de Cima, a Lagoa do Meio. Eu sei onde fica o Salgado, o Riacho da Onça, a Mandaçaia, a Lajinha, eu conheço o Monte Santo, deputado Júnior Nascimento.

E sei que a prefeita tem, sim, de ser cobrada porque o que ela fez...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foi um ato antidemocrático, fechar o gabinete da vice-prefeita. E ele fala que eu não gosto ou que eu ofendi as mulheres. Minha liderança política é a Itácia Andrade, que é uma mulher. Ele também tem que conhecer a realidade política, vamos ter muito que debater pela frente, e nosso palanque vai ser em Monte Santo, para falar de política, porque eu acredito que o povo que bota é o que tira, e nós vamos colocar isso à prova em 2024, quando chegar a época da eleição.

Mas eu venho aqui cobrar a resolução de um crime, de um crime que aconteceu em praça pública e que precisa ser esclarecido...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) como também, Sr. Presidente, para concluir, alguns atropelamentos que ocorreram na cidade e que têm de ser apurados a fundo, e o fechamento indevido do gabinete da vice-prefeita.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas presentes, o presidente, servidores, imprensa.

Nós estamos aqui diuturnamente lutando em prol do nosso povo, em prol dos direitos do nosso povo, incluindo servidores públicos, e a discussão hoje está em torno dos precatórios dos professores, mas eu não posso deixar de citar aqui a fala da deputada do PCdoB, que falou em roubo de joias, de quadrilha etc. Obviamente, nada disso comprovado, e já está tudo explicado, mas existe aí a tentativa de assassinato de reputação.

Mas eu quero deixar claro aqui, se nós formos falar de crime, de roubo, nós teremos que falar, e a deputada perdeu a oportunidade... Inclusive, como se diz, ela se coloca como representante dos professores, mas ela deveria subir aqui na tribuna para falar do roubo, do roubo do dinheiro dos professores que está acontecendo.

Deveria subir aqui para defender os professores porque o governo está metendo a mão no dinheiro que é deles, deputada! Tenha coerência, deputada. Tem de falar do crime da destruição do Planserv, deputada, porque hoje um professor ou um servidor público tem dificuldade de ter atendimentos dos mais simples e, claro, dos mais complexos utilizando o Planserv, que desconta na folha.

Então, esse é o crime que está acontecendo, é roubar o dinheiro do professor, é roubar o direito à saúde do professor, do servidor público, mas vir aqui, sem qualquer prova, com acusações infundadas, é muito fácil.

E essa incoerência da esquerda já foi demonstrada aqui por diversas vezes. Srs. Professores, esse dinheiro do Fundef, esses repasses são de vocês, não aceitem qualquer tipo de maracutaia, vocês têm de receber o total, incluindo juros, mora e as correções. O dinheiro é dos professores! Chega de prejuízo, chega de prejudicar quem trabalha, quem dá a vida principalmente pela educação. Eu acho interessante que essa mesma deputada, quando vem aqui, cotidianamente, para expor essas incoerências, ela

sai pela tangente. Cadê? Foi embora. Deputada, venha defender os professores! Deputada, eu cedo o meu tempo. Deputada, venha defender os professores, eu cedo o meu tempo! Venha falar contra o governo que está roubando o dinheiro dos professores, deputada! Não está aqui, foi embora.

E, aí, eu pergunto: Senhoras professoras, que estão aqui, cadê a coerência da esquerda? Cadê a coerência do PT? Cadê a coerência desses que dizem representar os senhores? É mentira. Eles se aproveitam de vocês apenas para chegar aqui. E quando estão aqui, estão a serviço do governo que está prejudicando vocês, que está passando a mão no dinheiro de vocês. Essa é a verdade. Eu estou aqui falando sobre isso não é para pedir voto, não. Não é para pedir voto, porque eu estou aqui para defender o que é justo, o que é decente, o que é correto e o que é verdadeiro. Esse dinheiro é dos professores! Governador Jerônimo, tenha o mínimo de decência e entregue o dinheiro a quem é de direito: aos professores! Esse dinheiro é de quem trabalha, governador! Pelo amor de Deus, chega! Chega de tanto problema, de tanto prejuízo! Os professores, os servidores públicos do estado sendo torturados! É uma tortura o que acontece: desvalorização, nenhuma atenção às carreiras, desvalorização salarial, destruição do Planserv! E, agora, até dinheiro, gente! Dinheiro! Pelo amor de Deus! Dinheiro do professor!! Chega disso! Então, eu peço coerência a esta Casa para que possamos entregar o que é de direito, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não apenas o valor principal, mas também juros, mora, correção! Vamos entregar o que é de direito ao professor!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, educadoras que ocupam, agora, as nossas galerias, eu acho muito importante que os deputados bolsonaristas que ocupam esta tribuna não tratem as educadoras e educadores como se não tivessem qualquer capacidade crítica. São as nossas educadoras. Vamos recuperar a memória, Bolsonaro não queria pagar os precatórios. O pagamento dos precatórios veio por uma ação judicial, que obrigou o governo a reconhecer que tinha o débito com os estados. E, a partir desse reconhecimento, as coisas se desenrolaram. Vir aqui com um discursozinho de que é roubo, que o governo do estado está querendo roubar. Está querendo retirar, sim, o direito das educadoras. É uma vergonha! Mas Bolsonaro nunca teve compromisso com essa pauta. Pelo contrário, a pauta foi uma vitória dos movimentos sociais dos estados que pressionaram e arrancaram a decisão judicial.

Então, não venham aqui com conversinha, tentar posar de apoiador da educação depois de ter apoiado um governo que foi um governo que, historicamente, mais cortou recursos da educação em nosso país. Então, a primeira coisa é limpar essa área aí dos dois deputados bolsonaristas que vieram aqui, à tribuna, e que, parece, viraram os

paladinos da defesa da educação. Mas, de fato, é uma situação vergonhosa, absurda a gente ter uma categoria que vem aqui, à frente desta Casa, fazer uma assembleia.

E, aqui, eu quero informar aos deputados que a categoria fez uma assembleia muito participativa e aprovou a posição de que não vai aceitar essa situação porque ela é simplesmente inaceitável.

O governo está com a argumentação de que uma coisa é parte dos recursos, dos precatórios, que ele chama de parte principal; a outra parte, são os juros de mora; e uma terceira parte, é a correção monetária. Em cima de uma suposta cobertura que o governo teria dado à categoria, a categoria não teria perdido porque o governo teria reposto isso historicamente e, então, não teria sofrido os efeitos. Então, a demora. Os juros de mora, portanto, devem ser repassados aos cofres do governo do estado. Mas nós sabemos que isso não é verdade, para começo de conversa, porque a categoria acumula perdas de mais de 50%. Que história é essa de que não sofreu os impactos uma categoria que tem uma perda de quase metade da sua remuneração? Então, já por aí seria uma inverdade.

Mas o governo não sustenta essa posição, porque a emenda constitucional de dezembro de 2021 não deixou dúvida, o conjunto das receitas referentes aos precatórios tem que ser repassado para a categoria em 60%, não tem diferença de valor principal nenhum, não tem diferença de juros de mora, não tem diferença de correção monetária. É a integralidade! O Congresso Nacional marcou na Constituição!

Então, eu quero dizer aos deputados e deputadas que, se compactuarem com essa posição do governo, estão correndo à margem da lei, porque o governador Jerônimo está rasgando a nossa Constituição! Não foi qualquer coisa, não foi um PL que foi aprovado, foi uma emenda constitucional! A emenda constitucional diz que é o conjunto das receitas dos precatórios do Fundef.

Por isso é incontornável, é incontestável que a Bahia vai entrar no mural da vergonha se fizer isso! E por que vai entrar? Porque os outros estados fizeram diferente, gente! O que é isso? Logo a Bahia, que é esse estado que nega tanto o direito à educação, apesar da luta das professoras para dizer: nós queremos condições de trabalho, nós exigimos respeito à educação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nós temos, hoje, o pior índice do desenvolvimento do Ensino Médio do país por conta dessa situação de precarização e autoritarismo da sequência de governos. Além disso, o governador Jerônimo, que é um professor, professor da Uefs, passar por esse papelão histórico! Então, esta Casa tem que se rebelar. A meu ver, se o governador tentar impor esse projeto, a Assembleia Legislativa da Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) tem que fazer o que a Assembleia Legislativa do Ceará fez, presidente: negou o projeto. Disse: "Volte, governador, pegue seu projeto, respeite os educadores e pague integralmente os precatórios!" É isso que tem que acontecer.

Eu só quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que amanhã as educadoras vão estar aqui novamente. Sexta-feira, nós teremos uma grande caminhada ao Bonfim, para mostrar à sociedade baiana que não tem essa conversinha de que as educadoras concordam com essa posição do governo. E vai ser mobilização, porque hoje foi aprovado pela categoria. E nós não vamos descansar enquanto a justiça não for feita.

Precatórios integralmente já! Respeite as educadoras e educadores, governador Jerônimo Rodrigues!

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra com a palavra deputado Tiago Correia.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, nobres colegas, boa tarde...

(As galerias se manifestam.)

(...) professores que ocupam as galerias nessa luta importante. Sr. Presidente, com certeza, é uma luta justa, uma luta justa, e é isso que nós estamos acompanhando, senhores colegas.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Senhores professores, senhores professores, vocês já fizeram... têm todo o direito de estar com todos os deputados, de protestar, mas deixem o deputado Tiago... Vocês podem falar com cada um, é livre, mas se todas falarem ao mesmo tempo não dá nem para ouvir o que vocês estão falando. A gente...

Participante das galerias: Posso falar?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Não pode falar. Infelizmente, o Regimento não permite. Numa reunião, tudo pode, O.k.?

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, eu entendo a revolta dessa categoria, é uma revolta que atinge a milhares de baianos não só na área da educação, mas em diversas várias áreas. E recentemente, Sr. Presidente, em um grupo de WhatsApp, um grupo de amigos, recebi uma mensagem, uma figurinha e na hora achei engraçado. Peço licença a V. Ex.^a para reproduzir o que trazia essa figurinha. E era o seguinte dizer: “Bahia, aqui é (Expressão retirada pela Presidência.)”. Peço até que retire da ata esse termo, Sr. Presidente. Na hora, dado o assunto, eu achei engraçado, mas à noite, quando se chega à casa e coloca a cabeça sobre o travesseiro, a gente, realmente, fica revoltado como os professores estão. Porque, realmente, Sr. Presidente, são diversos assuntos em nosso estado em que nós, baianos, somos desrespeitados.

Na semana passada, subi a esta tribuna para relatar o que vem acontecendo com os voos em nosso estado. Os voos diretos para os municípios do interior estão sendo substituídos por voos com escala em outros estados, a exemplo de Vitória da Conquista, que tinha três voos diretos, um da Gol, um da Latam e um da Azul.

Atualmente, a Gol e a Latam já fazem escalas no aeroporto de Guarulhos. Imagine, sair de Salvador, ir até São Paulo e voltar para Conquista. Um voo que duraria 50 minutos dura, em média, 7 horas, 8 horas, fazendo escalas na madrugada. E o único voo que opera direto, Sr. Presidente, naquele dia, eu disse que, provavelmente, seria também interrompido, A Azul Linhas Aéreas já comunicou à população que a partir do dia 28 de outubro esse voo fará escala em Belo Horizonte, no aeroporto de Confins.

V. Ex.^a disse que a região tinha, aproximadamente, 1 milhão de habitantes. São quase 3 milhões de habitantes no Médio Sudoeste, Sr. Presidente, sem contar os municípios do Norte de Minas Gerais que são atendidos por aquele aeroporto.

Existem rumores de que os voos para Porto Seguro e Ilhéus, que são diretos, também serão substituídos por voos com escala.

E, aí, nós vamos estudar, Sr. Presidente, o que está acontecendo e deparamos com o Decreto nº 19.116/2019, que concede desconto no ICMS dos combustíveis para as empresas aéreas, chegando a até 3% – imagine, Sr. Presidente, saindo de 19% para 3% –, para que os municípios da Bahia possam ser atendidos.

Mas a gente percebe também que o decreto, Sr. Presidente, é silencioso quando traz que poderá chegar a 5% para as empresas que operem em aeroportos localizados em território baiano e atendam a quatro municípios, e até 3% para quem atenda a 10 municípios. Porém, o decreto não especifica que esses voos têm que ser diretos, Sr. Presidente. Então, eu sugiro a esta Casa, e vou encaminhar, um projeto de indicação ao governador, para que faça a atualização desse decreto, para que as empresas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não fiquem, Sr. Presidente, atendendo ao que diz a legislação de outros estados, fazendo voos diretos para outros estados, saindo de São Paulo para a Bahia, saindo de Belo Horizonte para a Bahia, e nós ficarmos desassistidos.

Pasmem! Ontem, eu levantei em quanto ficaria a passagem para Vitória da Conquista pela Gol, fazendo uma escala, Sr. Presidente, saindo daqui ao meio-dia de amanhã, chegando a Conquista às 23h15min, e retornando na sexta às 5h55min,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazendo escala e chegando a Salvador ao meio-dia: R\$ 2.130 pela Gol. Não é diferente pela Latam: saindo às 13 horas, chegando lá às 18h50min, e retornando às 14 horas, chegando aqui às 20 horas: R\$ 3.953. E na outra companhia aérea, a Azul, que ainda faz o voo direto, R\$ 2.984, Sr. Presidente, uma passagem de ida e volta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para um destino em que o voo direto dura 50 minutos. Fizemos, a título de comparação, uma pesquisa sobre a passagem para Nova Iorque: R\$ 2 mil.

É um absurdo, Sr. Presidente! É isso que a população baiana vem pagando, por isso a minha indignação.

E aquela figurinha de que eu falei, aqui, no início do meu discurso, realmente ela tem que nos fazer ficarmos indignados, assim como os professores, porque são diversos assuntos em nosso estado. É uma terra sem lei e as empresas fazem o que querem.

Ontem, a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo deputado Eduardo Salles, esteve na Polícia Federal, encaminhando uma queixa criminal contra a Viabahia, Sr. Presidente, responsabilizando-a criminalmente pelos óbitos ocorridos na rodovia em decorrência do não atendimento ao contrato, ao que estabelece o contrato.

Aí, a gente vai estudar mais esse contrato, que é de 2009. Imagine, de 2009! Foi assinado dia 3 de setembro de 2009, com diversas condicionantes, dentre elas o início das obras obrigatórias para que, posteriormente, a Viabahia pudesse começar a cobrar o pedágio. E a ANTT, de maneira mágica, libera a Viabahia para cobrar o pedágio antes de concluir as obras obrigatórias.

Isso é alvo de uma ação civil pública, Sr. Presidente, que corre no Ministério Público Federal em Feira de Santana, solicitando a execução dos serviços necessários e a adequação da rodovia exigida no contrato, que diz respeito aos trabalhos iniciais. Esse processo é de 2011. Desde 2011 que a Viabahia não vem cumprindo o que estabelece o contrato.

Em 2012, outra ação civil pública, solicitando que a Viabahia iniciasse as duplicações. Veja, Sr. Presidente, são 11 anos. Desde 2012 que se atingiram todos os gatilhos para a duplicação da rodovia BR-116 e o início da terceira via na BR-324 e a Viabahia nada fez, mas vem cobrando há mais de 13 anos o pedágio da população sem a contrapartida merecida, Sr. Presidente. Isso é um ato criminoso, há indícios, inclusive, dos envolvimento de agentes públicos para que seja retardado... A Polícia Federal vai se debruçar para ver se há, de fato, envolvimento criminal da empresa. E o Ministério Público também já vai se debruçar sobre o contrato.

É uma vergonha com os baianos, é uma vergonha com a Bahia o que vem fazendo a Viabahia.

E aquela figurinha que citei no início, aqui, realmente ela nos faz refletir. Nós temos de nos revoltar, Sr. Presidente, todos os deputados desta Casa. Essa briga não pode ser de um só, essa briga é dos baianos, atinge a todos os baianos.

E, para concluir, Sr. Presidente, falar de uma coisa boa: queria convidar todos os deputados para a apresentação amanhã, dia 17 de agosto, em Vitória da Conquista...

Vai ter de ir de carro ou de ônibus, porque não tem mais voo para lá. A última passagem, o deputado Pedro Tavares pegou, que seria no voo da Azul, voo direto.

Amanhã vai ser lançado e apresentado um importante vetor para a geração de empregos em Vitória da Conquista, que é a apresentação pública do projeto do polo têxtil que será implementado naquela cidade, capitaneado pela prefeita...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Para concluir.

(...) pela prefeita Sheila Lemos. Um projeto que já tem indicativos de investimentos da ordem de R\$ 400 milhões, dinheiro 100% da iniciativa privada que quer investir nesse polo de negócios e transformar Vitória da Conquista, assim como outras cidades do nosso país. em um polo de investimento, Sr. Presidente, para gerar emprego e renda para o povo baiano e para a população de Vitória da Conquista.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado!

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. TIAGO CORREIA: Então, eu queria convidar todos e parabenizar a prefeita Sheila Lemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, Srs. Deputados.

Deputado Tiago, salvo engano, algumas dessas ou todas essas companhias aéreas devem ter algum incentivo, eu acredito, no querosene aqui, na Bahia. Era o caso...

O Sr. TIAGO CORREIA: Está aqui, Sr. Presidente. Eu li o decreto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Seria o caso desta Casa fazer alguma coisa. Isso é uma estupidez, eu digo...

O Sr. TIAGO CORREIA: É o Decreto nº 19.116, Sr. Presidente, que concede o desconto no imposto. Cai de 19% para...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, a gente tem...

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) até 3%. São 16% de desconto do ICMS...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, nós temos de tentar fazer algo. Não é possível que para ir a uma cidade, uma região com 800 mil habitantes a 1 milhão, em um voo tenha de ir a São Paulo, com 8, 10 horas de viagem...

O Sr. TIAGO CORREIA: Pagar R\$ 4 mil...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem o menor sentido.

O Sr. TIAGO CORREIA: Nós vamos encaminhar esse ofício ao secretário da Fazenda, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, claro... Ao governador.

O Sr. TIAGO CORREIA: Encaminhar o projeto de indicação ao governador para que reveja esse decreto, para que, de fato, essas companhias não estejam atendendo a decretos de outros estados, facilitando a vida de moradores de outros estados em detrimento de todos os baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Tiago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu acho que é necessário que hoje esta sessão dê continuidade a esse amplo debate, para que a gente possa discutir e chegar a um consenso sobre os precatórios dos professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: Nós não faremos acordo com o governo do estado enquanto a gente não tiver o consenso das entidades para que a gente possa aprovar o projeto. Fora isso, não tem acordo.

Fui convidado hoje para fazer o acordo para votar a urgência, não concordamos. A Oposição não concorda com esse tipo de acordo. Só faremos, só nos sentaremos para acordar qualquer tipo de decisão após o consenso com as entidades, tanto da SEB como também da APLB e os professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Marcinho Oliveira: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Marcinho.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, eu tenho um comunicado importante. Amanhã pela manhã, às 10 horas, a Assembleia Legislativa vai entregar, vamos entregar juntos, a Comenda Dois de Julho ao artista Bell Marques.

Gostaria de convidar todos os colegas deputados para se fazerem presentes amanhã, às 10 horas, aqui, no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 3 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Manuel Rocha usará metade do tempo; e na outra metade do tempo, o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel Rocha.

O Sr. MANUEL ROCHA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho aqui, a esta tribuna, na data de hoje para reiterar uma reivindicação justa dos professores e professoras do estado da Bahia, o pagamento do que é de direito da classe. Uma mobilização muito bonita que eles estão fazendo por toda a Bahia, aqui, na Assembleia, junto ao governo do estado, para que recebam o valor referente aos juros de mora e à correção. Esse dinheiro que, infelizmente, o governo do estado não quer repassar aos professores.

Não adianta o governo e a Base governista dizerem aqui, vir à tribuna e falar que a educação é importante, que os professores precisam ser valorizados se isso não acontece na prática. Os professores precisam ser valorizados com ações concretas. E, agora, o governo do estado tem a oportunidade de valorizar toda a classe, fazendo a alteração nesse projeto de lei e entregando aos professores o valor integral do que lhe é devido, e não apenas o valor principal, como pretende. Então, toda a classe tem o apoio deste deputado, tem o apoio da Bancada da Oposição para que a gente possa não

apenas fazer justiça, mas, em ação concreta, valorizar a educação do nosso estado. É muita demagogia dizer que a educação é importante, que os profissionais da educação são importantes, e na hora em que essa valorização pode ser realizada o governo apenas foge desse momento importante para toda a classe.

Então, fica, aqui, consignado nos Anais desta Casa o apoio deste deputado, do partido União Brasil, da Bancada da Oposição à reivindicação dos professores e professoras do estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, volto à tribuna neste momento, chamando a atenção de todos os nossos colegas deputados, das nossas colegas deputadas, carinhosamente nos dirigindo a V. Ex.^a, para pedir uma atenção especial na resolução da CPI da Viabahia.

A população baiana já não suporta mais a Viabahia. São inúmeros acidentes, deputado Marquinho Viana, ceifando a vida de muitos baianos. São estradas totalmente esburacadas, não existe acostamento, não existe sinalização, nem tampouco a iluminação das vias. Não existe, deputado Penalva, a retirada do lixo às margens da BR. É necessário a instalação dessa CPI com maior a urgência possível para tratarmos aqui exclusivamente da prestação de serviço, pois vai ser o nosso papel legislar em cima do que é da nossa competência. Já somos procurados por diversas vítimas de acidentes e de ocorrências na Viabahia. Todos não suportam mais conviver com essa triste realidade em nosso estado.

Então, peço carinhosamente, Sr. Presidente, que seja analisado de forma urgente para o parecer da Procuradoria da Casa ser divulgado. Já existe, hoje, dentro da Comissão de Infraestrutura da Casa um projeto que está sendo encaminhado para que, junto com o governo do estado, possamos fazer uma intervenção, passando a operação desses serviços, temporariamente, para a gestão do governo do estado.

Hoje, deputado Alan Sanches, sendo a voz outorgada pelo povo, precisamos defender os interesses de quem trafega pela BR-324, quem trafega pela BR-116, deputado Jurailton. É extremamente necessário! Fomos à Polícia Federal, já protocolamos uma peça jurídica. Vamos ao Ministério Público Federal para encaminhar outra peça jurídica para que sejam analisados o contrato e a concessão. E temos a vontade, Sr. Presidente, de nos aprofundarmos na má prestação de serviço pela Viabahia, porque nossa atribuição aqui, nesta Casa, vai ser trabalhar e legislar em cima do que é, porque temos a competência.

Então, peço carinhosamente a V. Ex.^a que encaminhe o mais rapidamente possível, porque a Bahia não suporta mais conviver com a triste realidade da Viabahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marquinho Viana: Questão de ordem, nobre presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Eu quero, aqui, nobre presidente, antes de terminar a minha questão de ordem, formular que eu, como deputado estadual, sou a favor de que o governo também sente com as lideranças para acertarmos essa questão dos precatórios.

Minha mãe foi professora durante 35 anos, mas discutir no Plenário sem a quantidade necessária de deputados para ser discutido... Quero pedir aos deputados que venham ao Plenário, que V. Ex.^a faça soar as campainhas e que convoque os deputados que estão em seus gabinetes para virem ao Plenário para discutirmos os problemas que afligem a população. Foi para isso que nós fomos eleitos.

Então, V. Ex.^a, que dirige a nossa sessão, toque as campainhas e convide os deputados para que venham ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum e temos que ter os deputados em Plenário para discutirmos os problemas, principalmente os precatórios dos professores. Minha mãe foi professora!

Temos que juntar o governo do estado, o secretário da Educação e os líderes desta Casa para discutirmos como vão ser pagos os precatórios dos professores.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente! Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. V. Ex.^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Às vezes me falta um pouquinho de inteligência aqui, nesta Casa. Eu ouvi atentamente a questão de ordem do deputado Marquinho Viana, se solidarizando com os professores e dizendo que está de acordo. E como ele quer estar de acordo quando ele pede uma questão de ordem para derrubar a sessão?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, ele está chamando os deputados.

O Sr. Alan Sanches: Não?! Então, não tem questão de ordem pedindo verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele está pedindo uma verificação de quórum.

O Sr. Marquinho Viana: Verificação de quórum. Agora, soar as campainhas e convocar os deputados para o Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Não, olhe bem, a questão de ordem que ele pede é para que seja derrubada a sessão pelo quantitativo aqui, porque o governo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, porque vai dar os 15 minutos e vai chamar os deputados...

O Sr. Marquinhos Viana: Que seja derrubada, não. Eu quero que os deputados venham para o Plenário. Tem que ter 21 parlamentares no Plenário.

O Sr. Alan Sanches: Mas os deputados do governo são chamados de corrões. Estão correndo do Plenário para não discutir um assunto desse. Salvo, ...

Quem quiser utilizar, o microfone está aberto, mas assegure a minha palavra.

Os deputados do governo estão correndo. São 42 deputados, aqui há 45, e não vêm discutir para não enfrentar os professores. Vem pedindo questão de ordem. O que está aqui... Eu quero dizer, deputada Fabíola, que V. Ex.^a está presente, V. Ex.^a não correu do debate. O deputado Vitor está presente aqui, mas eu quero saber onde estão os outros deputados?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Chegou o líder para responder.

O Sr. Alan Sanches: Os 45 deputados...

O Sr. Marquinhos Viana: Fale nominalmente os nomes dos deputados que estão presentes.

O Sr. Alan Sanches: Então, é corrão, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma... calma...

O Sr. Alan Sanches: Está correndo do debate. Agora, os microfones estão abertos, estão abertos para quem quiser falar. Agora, por favor, abra os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder para explicar onde estão os deputados. Líder Rosemberg, onde estão os deputados?

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui, na semana passada... Queria pedir a V. Ex.^a... Aqui, nós tínhamos feito um acordo para votar dois projetos de honrarias e acabou que nós votamos apenas o projeto da deputada Maria del Carmen, que iria se contrapor a um projeto apresentado pelo deputado Jurailton. Aí, no meio da semana, nós ajustamos aqui de votar dois projetos, duas honrarias também, que era um projeto do deputado Marquinho e um da deputada Fabíola.

V. Ex.^a não estava aqui, acho que era o deputado Zé Raimundo. Aí, eu queria verificar... Não quero também porque eu não estava aqui, havia saído, pois não queria atropelar as iniciativas aqui.

Eu queria pedir 5 minutinhos porque eu vou conversar com os dois deputados para ver se há a possibilidade de a gente fechar o acordo para votar na próxima terça, para, obviamente, ... Eu não sei qual foi o encaminhamento, porque eu descí ali. Se V. Ex.^a concordar e a gente ir para a Ordem do Dia e votar por acordo esses dois projetos, tudo bem. Se não, aí, a gente poderia jogar para a próxima terça.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Este presidente não tem óbice, não. Sem problema.

O Sr. Marquinho Viana: Deixe-me concluir a minha questão de ordem aqui, meu presidente.

Olhe bem, eu fiz a questão de ordem aqui, pedindo a verificação de quórum. Esta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai manter ou vai retirar.

O Sr. Marquinho Viana: Presidente, deixe-me concluir.

(...) Esta Casa só está votando os projetos por acordo. Então, se não tiver acordo de Alan e Rosemberg, não se vota nada. Então, nós, deputados, que ficamos aqui fazendo papel de bobos... Os deputados têm que vir para o Plenário. Venham para o

Plenário. Eu estou mantendo a minha verificação de quórum. Chame os deputados e se não houver quórum anuncie quem é que está fora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Marquinho Viana: O problema todo é que a gente fica aqui o tempo todo à mercê de Alan e de Rosenberg!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Marquinho.

O Sr. Marquinho Viana: Só passa tudo quando Rosenberg e Alan assinam. E não pode ser assim, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Zerem o painel e marquem os 15 minutos para a continuidade da sessão.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Daqui a pouco.

Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que eu vou levar, Srs. Deputados, deputado Marcos...

O Sr. Alan Sanches: Zerem o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já pedi para zerar o painel e marcar os 15 minutos. Pode começar a contar o tempo, por favor.

Srs. Deputados, eu vou levar para a Mesa Diretora, claro que é a Mesa Diretora que vai decidir, mas nós vamos limitar esse festival de Comenda Dois de Julho nesta Casa. Não estou falando a respeito das que já estão aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não estou falando... A outra resolução, a última de que eu tenho conhecimento foi feita na época de Marcelo Nilo. Vamos tomar outra providência porque esta que é a maior data deste estado, que é o Dois de Julho, está sendo banalizada. Repito, não estou falando dos projetos que já foram iniciados, mas alguma coisa nós vamos ter de fazer. Claro que a Mesa Diretora, no final, é que vai decidir, mas estou conversando com todos os deputados, ouvindo todos os deputados.

Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero defender aqui os deputados de uma forma geral, inclusive a Mesa Diretora. Claro que o deputado Marquinho é um querido, um amigo, mas não concordei com as colocações do deputado. Aceito, é democrático cada um fazer as suas colocações, mas, neste ano, as duas bancadas têm sido extremamente democráticas, têm contemplado as iniciativas de diversos deputados. Muitas vezes, a própria Bancada do Governo... Teve a última sessão agora, no meio do ano, quando o deputado Vitor Bonfim não aceitou que se votasse o projeto do Tiago Correia, e não aceitamos votar, então, o projeto da Fabíola Mansur. Mas, de forma geral, estamos fazendo sempre os acordos para contemplar as iniciativas dos deputados, porque sou deputado aqui, nasci deputado nesta Casa aqui, e eu tenho certeza de que o deputado Rosenberg é da mesma forma. Então eu sempre estímulo a votação dos projetos de iniciativa dos deputados. Sendo assim, o deputado Marquinho

Viana... Já tivemos, inclusive, projeto dele, só que o projeto que ele tinha apresentado não era consenso e, sem consenso, fica difícil esta Casa apreciar no Plenário.

Deputado Marquinho Viana, mesmo V. Ex.^a sendo de outra bancada, pode contar com a Bancada da Oposição. Sempre que tiver projetos de sua iniciativa pode contar com a nossa bancada, porque a gente defende e defenderá sempre a iniciativa dos deputados estaduais.

Agora, eu queria que chamassem os deputados interessados, porque só há 16 presentes. O deputado Vitor Bonfim estava aqui agora...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Assim que V. Ex.^a terminar, eu vou chamar os deputados.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Sandro Régis, vários deputados que estavam aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Sandro está cansado...

O Sr. Alan Sanches: Depois não vão querer que eu chame o deputado de corrao, de fujão. Hoje é importante... O deputado está faltando, mas está dentro da sala. É só dar a presença, deputado Vitor Bonfim, para que a gente possa dar continuidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Srs. Deputados...

O Sr. Alan Sanches: O deputado Hilton Coelho, que também está no Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão, feito pelo deputado Marquinho Viana.

Por favor, Srs. Deputados que se encontram na biblioteca fazendo pesquisa, nos gabinetes e em outras dependências da Casa, convido todos a comparecerem aqui ao Plenário. Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Temos vários projetos aqui na Casa: projetos de empréstimos, o projeto do Fundeb e outros que precisam ser votados.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Para aproveitar o tempo, Sr. Presidente, só a título de informação, V. Ex.^a perguntou sobre a isenção de ICMS de combustíveis para as empresas de transporte aéreo, foi o Decreto nº 19.116, de 3 de julho de 2019, Sr. Presidente, e ele reduz a carga tributária incidente sobre o combustível das aeronaves para até 3%, reduzindo o ICMS de 19% para 3%. Então é esse decreto que precisa ser revisto pelo governo do estado, para que as empresas voltem a oferecer os voos diretos para os municípios do interior do nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu não entendi, o deputado Vitor Bonfim se dirigiu para a tribuna, voltou e estava aqui quando eu falei que os deputados eram

corrões. Ele disse que não era corrao, estava aqui, mas não está marcando a presença, eu não estou entendendo. Eu não estou entendendo!

Eu queria que V. Ex.^a fizesse a convocação nominal, porque V. Ex.^a ainda não o fez, e tem de saber os deputados que não estão presentes aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido, deputado Alan.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas compareçam ao Plenário: Alex da Piatã, Binho Galinha, Bobô, Cafu Barreto, Cláudia Oliveira, Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabricio Falcão, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Júnior Muniz, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Paulo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó.

Os Srs. Deputados que eu acabei de citar o nome, convido todos para virem ao Plenário, porque existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, pela liderança do União Brasil, é importante que todos os interessados nessas votações, nessas discussões cobrem dos deputados que não estão presentes nesta sessão. Não é possível que vários colegas parlamentares se desloquem do interior para virem aqui cumprir seu papel e hoje a gente paralise a discussão de um importante projeto, como é o dos precatórios dos professores, por falta de quórum. Todo mundo viu que antes da sessão estava todo mundo presente, e agora é necessária a continuidade da sessão para participarmos dessa importante discussão nesta tarde.

Então nada mais justo do que todos os professores analisarem quem são os deputados que estão aqui, no painel. Os que estão em verdinho são os que estão aqui.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, só vou colocar essa questão dos professores, porque é importante o que o deputado Marcinho levantou aqui. Eu tenho conversado, junto com a deputada Olívia, a deputada Fabíola, o deputado Robinson, o deputado Felipe, com vários deputados aqui, nós temos recebido os professores e os representantes das associações. O governador apresentou o projeto com o mínimo de 60%, e mais 20%, nos moldes similares ao que o ex-governador Rui Costa apresentou, sendo que há uma nova formatação dos 20%.

O principal debate que tem sido feito pela categoria diz respeito às questões dos juros moratórios. No entanto, há um parecer da Justiça, há um parecer da PGE que orienta o governo a não fazer o projeto de lei com juros moratórios, entendendo que juros moratórios são multa por atraso de pagamento, o que não aconteceu. Não houve

atraso de pagamento, à época, aos servidores. E o que foi feito no Ceará foi um processo judicial, não foi um acordo administrativo, foi um processo na Justiça. Não há um caso administrativo de iniciativa dos governadores. Só dez estados têm direito e, desses dez estados, apenas dois chegaram a isso. Então há uma discussão muito complexa e há informações distorcidas com relação a essa questão.

Hoje aqui conversamos, eu e a deputada Olívia, com Rui Oliveira e conversamos com Marinalva, da Aceb, que são os dois presidentes das associações, no sentido de garantir que pudéssemos até, hoje, votar a urgência, para que, no decorrer da semana, fizéssemos alguns debates para votar o projeto na próxima terça-feira. Também é fundamental que se vote com rapidez para que se possa pagar rapidamente aos professores. Então nós vamos ter condição de, no decorrer da semana, abrir um debate para que possamos estar aqui na próxima terça-feira.

Por último, presidente – retomando os trabalhos, já que temos 21 deputados presentes –, quero dizer o seguinte: hoje, aqui, não havia previsão de votação, e alguns deputados, que inclusive estiveram hoje nas comissões, agora à tarde, uma vez que amanhã será sessão especial, alguns se deslocaram para Brasília e outros se deslocaram para atividades no interior do estado. Mas, na próxima terça-feira, nós teremos aqui os 63 deputados e deputadas para que possamos votar todas as matérias que, obviamente, estiverem na Ordem do Dia.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há número para a continuidade da sessão. Já há quórum suficiente.

Pois não, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Uma comunicação inadiável, Sr. Presidente. Hoje, pela manhã, eu estive no município de Antônio Cardoso, ali, no Portal do Sertão, para celebrar junto com a comunidade, com toda a população e com a vizinhança, o padroeiro, São Roque.

É uma festa tradicional que reúne romeiros de todos os municípios baianos em devoção a esse santo. Houve uma missa belíssima, comandada por D. Zanoni, que é o bispo de Feira de Santana. E eu quero parabenizar todo o povo de Antônio Cardoso pela celebração do seu padroeiro.

Da mesma forma, Sr. Presidente, hoje, também, comemora-se o padroeiro de Dom Macedo Costa, São Roque. Será uma grande festa, durante toda a tarde e noite de hoje, com missa e procissão. Quero mandar um abraço ao povo de Dom Macedo Costa, ao prefeito Guito e ao vice-prefeito Senhorzinho. E desejar muita prosperidade, sob as bênçãos de São Roque, ao município de Antônio Cardoso.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao representante do Psol, para falar ou indicar o orador por até 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Bom, a primeira coisa que o deputado fala é que apenas dois estados pagaram por ação judicial e, de fato, isso aconteceu. Mas os outros estados pagaram, então a Bahia está destoando negativamente de diversos outros estados. Significa que, judicialmente, houve, de fato, essa decisão em dois estados, mas os outros governos optaram por fazer o pagamento.

Daí, só reforça a posição de que o Governo do Estado da Bahia está adotando uma posição, ao nosso ver, isolada, sem base, sem sustentação legal, já que a Bahia é minoria em relação a esse posicionamento. E a discussão sobre a questão dos juros de mora também, ao nosso ver, significa aprovação de uma tese que já está superada.

A Emenda Constitucional nº 114 não deixou dúvida, é o conjunto das receitas provenientes dos precatórios. Se é o conjunto das receitas, se é emenda constitucional, ou seja, se a nossa Constituição Federal não está fazendo diferenciação entre juros de mora e esse suposto valor principal, eu volto a afirmar: não tem diferença! Tem que ser pago integralmente.

Então nós não entendemos que cobertura é essa que o governo do estado quer ter. O que me parece é que Jerônimo não quer contrastar com a trajetória de Rui Costa, que foi perversa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com as educadoras e educadores, mas precisa fazer isso, sob pena de começar a ser chamado de ex-professor pelas educadoras e educadores da Bahia. Porque não é possível ter uma trajetória, ocupar o cargo de professor numa universidade estadual, e ter uma posição de completa insensibilidade. Eu volto a dizer que, se nós tivéssemos uma divisão dos estados, o governo poderia cogitar, mas, mesmo assim, estaria errado, mas a Bahia está com uma posição que é isolada nacionalmente e que é inconstitucional. É...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) inadmissível que isso aconteça.

Portanto, tem de vir, sim, fazer o debate aqui, assumir o seu posicionamento...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e constranger o governador para mandar o projeto modificado com a integralidade dos recursos, para demonstrar respeito às educadoras e aos educadores do estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou o ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Falará, por todo o tempo, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Alan Sanches: Espera aí, Sr. Presidente, pela ordem aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sabe o imenso carinho que eu tenho pela deputada Fabíola Mansur, mas esse horário que V. Ex.^a pediu já foi solicitado e não tinha orador. Pode solicitar aqui as notas taquigráficas. Nós já estávamos no quarto tempo, se não me falha a memória, no quarto tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Eu só acho, nobre líder, que é porque o presidente Adolfo tinha pulado...

O Sr. Alan Sanches: Mas ele só pulou o Psol; o resto, não. O resto, ele solicitou e não se inscreveram. Pode confirmar com as notas taquigráficas. Inclusive, nós tivemos Marcinho, que já falou, e tivemos também o deputado Manuel Rocha, que falou no nosso tempo. Então foi depois desse tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Então, só concordando com V. Ex.^a, nesse caso, eu vou pular para o próximo bloco, que é o deputado Rosemberg.

O Sr. Alan Sanches: Qual seria?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): É o Bloco MDB/PSD/Patriota/PSC/Avante, pelo tempo de 10 minutos. Então, em vez de serem 13 minutos, deputado Rosemberg, serão 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, presidente. Presidente, o tempo... Deixa eu te falar aqui, por gentileza. Eu estava aqui e, em nenhum momento, eu dispensei tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Mas V. Ex.^a não estava presente.

O Sr. Alan Sanches: Não estava presente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Estava presente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Rosemberg, V. Ex.^a sabe que eu sempre procuro...

O Sr. Rosemberg Pinto: O MDB...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Isso.

O Sr. Rosemberg Pinto: Será a deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): É por isso que eu estou dizendo a V. Ex.^a que nós vamos pular para o próximo bloco. Em vez de serem 13 minutos, que seria no primeiro bloco, conforme eu anunciei, serão 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pronto! Depois a gente volta para o bloco seguinte.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Nobre colega deputado que preside esta sessão, amigo deputado Samuel Junior; colegas deputados; professores nas galerias; imprensa. Obviamente, estamos cientes da necessidade de um debate sobre o projeto dos precatórios, mas é bom que a gente aqui entenda, deputado Felipe, que, há mais de 7 meses, deputados desta Casa, incluindo os membros da Comissão de Educação, vêm tentando articular, na medida das nossas possibilidades enquanto deputados, para que

a compreensão do governo em relação aos precatórios do Fundef pudesse ser na integralidade. Isto é, 60%, deputado Matheus, inclusos os juros e a correção.

Só para recapitular: no ano passado, nós tivemos encaminhado um projeto do Executivo, que também tinha o mesmo debate, e, aqui, nesta Casa, apesar de nós – e eu já falei isso algumas vezes – não termos a condição de emendar projetos do Executivo, entendendo o clamor da categoria, legítimo, justo e defendido pela APLB Sindicato, que tem autonomia para debater o tema, e com apoio da Aceb... Porque eu acho que todos têm de estar imbuídos do mesmo tema, não há nenhum antagonismo, muito pelo contrário. Nós temos, na Comissão de Educação, constantemente, de 50 a 60 professores, na sua maioria, aposentados, que vêm sensibilizando todos os deputados para que nós votemos o projeto na integralidade, com juros e correção.

Ocorre que é importante dizer que, na primeira parcela, o projeto foi modificado, saindo de 60% para 80%, sem juros e sem correção. E foi debatido com a categoria, o deputado Hilton estava lá, e nós votamos esse projeto. Eu votei favoravelmente, porque era um projeto em que você votava “sim” ou “não”.

Nesta segunda parcela, que é o projeto em questão, várias tentativas de tratativas com o governo foram feitas, tanto oficialmente, na comissão, quanto pelos deputados que compõem essa comissão, especialmente numa reunião na Procuradoria Geral do Estado, tentando mudar esse entendimento jurídico. Estivemos na Procuradoria: eu, deputado Rosemberg, deputado Robinson, deputada Olívia, deputado Hilton Coelho, conversando com a procuradora a respeito do tema.

Então tem que ficar claro que nós estamos envidando esforços, ainda, para mudar o entendimento do governo, que se baseia numa questão jurídica. Nós vamos continuar tentando mudar esse entendimento, modificando o que quer que seja, o que a gente puder, para melhorar este projeto. Porque quando a gente diz que o debate com a categoria é para melhorar o projeto, o projeto sai e volta diferente. É assim que funciona.

Eu queria dar essa explicação aqui porque é importante que se saiba e se reconheça que há deputados nesta Casa... Antes foi dito que há deputado fujão, que não quer debater, e não é verdade. Vamos dar a César o que é de César. Quem tem compromisso com o diálogo, tem compromisso com a verdade e com a transparência, mas há limitações. Vamos reconhecer que há limitações e vamos tentar vencê-las.

Também foi prometido aos líderes da categoria, numa reunião na liderança da Maioria, que nós não iríamos votar o projeto na urgência para, exatamente, permitir uma compreensão e uma melhoria desse projeto. Nós estamos nesta fase agora, debatendo com a Serin, com a Secretaria da Educação e com a liderança para ver o que podemos fazer para mudar essa compreensão ou para melhorar esse projeto.

Então eu queria dar essa satisfação aqui. Encontro-me, como membro e ex-presidente da Comissão de Educação, tanto recepcionando o pleito da APLB, legítima representante para negociação, como também o pleito da Aceb. Ambas estão juntas nesse debate, até porque nós temos um quantitativo de inativos, de aposentados muito grande, e que são sobremaneira impactados pelo projeto do jeito que está.

É também importante termos a compreensão de como foi mandado o projeto. Foi mandado o projeto com 60% do valor que foi depositado há cerca de 15 dias pelo governo federal, mais 20% do Tesouro, deputado Felipe, e ampliando a base de professores para aposentados, anteriores a 1997 e posteriores a 2006. Estou só explicando como está o projeto.

Nós estamos tentando conseguir melhorar esse projeto para aqueles em questão, de 1997 a 2006, tentando modificar a compreensão do governo. É nisso que nós estamos contando com o líder Rosemberg, com os deputados que foram citados e com muitos deputados que se encontram com o governo.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando o tempo restante, eu quero aqui dialogar sobre a reunião que tivemos com a secretária de Educação, Adélia Pinheiro, eu, enquanto procuradora especial da mulher, e a presidenta da Comissão da Mulher, para tratar de ações de implementação da Lei nº 14.452/2022, que institui a Campanha de Empoderamento das Mulheres e Enfrentamento ao Machismo, que reza a obrigatoriedade de ações, de campanhas, de debates nas escolas, sobretudo no ensino médio, que versem sobre o tema. Incluída aí a formação de uma equipe multidisciplinar, com docentes, coordenadores pedagógicos e professores, com estudantes, pais e voluntários.

Essa campanha, deputado Hilton, visa calendarizar e oficializar ações na Secretaria de Educação, não apenas em março, agosto ou novembro, mas um planejamento anual. Recebemos da secretária Adélia, com muita satisfação, a apresentação de uma cartilha do Agosto Lilás, a apresentação de capacitação em cursos de pós-graduação em parceria com o Núcleo Diadorim, de professores e coordenadores pedagógicos, e uma série de ações que estão sendo feitas com os estudantes.

Então essa parceria é muito importante. Estava lá a nossa presidenta da comissão, Soane Galvão, junto com as deputadas Maria del Carmen, Fátima Nunes, eu e a deputada Olívia, exatamente para a gente potencializar a parceria da Comissão da Mulher com a Secretaria da Educação.

E, por último, Sr. Presidente, quero aqui, aproveitando as presenças dos líderes Rosemberg e Alan Sanches, dizer que a nossa comenda ora em questão é para o cientista Julio Croda, que estará na Bahia entre 4 e 6 de setembro, quando se realizará aqui o Congresso Norte/Nordeste de Secretarias Municipais de Saúde, com a presença do Ministério da Saúde. Dr. Julio é um baiano que se encontra no Sul do país, responsável pela maioria das pesquisas e estatísticas no período da pandemia, tendo sido um *speaker* para várias das ações que foram feitas no enfrentamento à pandemia.

E lembrar também que houve um acordo, tanto da Bancada da Maioria quanto da Bancada da Minoria, de votarmos um projeto de lei do antirracismo que proíbe, veda a contratação de funcionários públicos que tenham sido condenados por injúria racial ou racismo na administração pública. Este é um projeto extremamente importante, um projeto que já teve discussão em duas comissões, um projeto que teve acordo para a votação. No entanto, este acordo não foi cumprido.

Então, eu peço, aqui, aos meus colegas deputados, em que pese a nossa verificação de quórum de presença, e vai entrar na Ordem do Dia, que a gente

possa votar por acordo os títulos, baseado no que o deputado Alan falou que tem sido democrática a escolha deste título, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que possa votar este projeto de lei do antirracismo.

Então eram essas as colocações, Sr. Presidente. Eu agradeço se a gente puser para a votação.

Em relação aos precatórios, devemos continuar debatendo; em relação aos títulos e projetos, democraticamente, da Base da Oposição, deputados Alan e Rosemberg, possa se votar o acordado.

Eu sou uma mulher que cumpre acordos. Eu sou a mulher da verdade. Eu, também, gosto que acordos, comigo, sejam cumpridos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar o indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

Parlamentar não identificado: Falará o deputado Diego Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Segundo a orientação, com a palavra o deputado Diego Castro. V. Ex.^a dispõe de até 9 minutos, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Presidente, senhoras e senhores, mais uma vez, volto, no dia de hoje, ao púlpito desta Casa. Aproveito, agora, da presença... Antes, não tive a oportunidade, quando estive anteriormente na tribuna, de falar nas presenças dos professores que estão aqui nas galerias. Reitero tudo o que disse.

Nós não podemos abrir mão do que é direito de vocês, porque é direito adquirido. Não há discussão quanto a isso. O pagamento de 60% é um recurso que já foi repassado ao estado. Se isso não for efetivado da maneira que se deve, com a correção e com os juros moratórios, não tem outro nome a se dar a não ser calote, que é o que já está acontecendo até a presente data.

Ressaltar, presidente, que estados, em um contexto proporcionalmente muito parecido ao nosso, dentro do mesmo ciclo, digamos assim, com o mesmo perfil econômico, social e com diversos outros indicadores similares, tiveram a atitude de fazer o devido pagamento à altura e dentro do que deveria ser feito.

Agora, fica a pergunta: por que a Bahia não copia o mesmo exemplo? A Bahia deveria dar exemplo por ser a vanguarda no Nordeste! Eu me refiro aos estados de Ceará, Pernambuco e diversos outros. Mas nós fazemos questão de ser vergonha em tudo, vergonha em todos os índices, principalmente, na educação.

É por não valorizar questões como esta que temos o pior índice do Ideb acumulado nos últimos 5 anos no Brasil; temos a pior educação básica do país, o pior ensino médio do país.

Inclusive, presidente, vamos fazer um breve exercício mental. Quem foi o secretário da Educação nesse período? O senhor que está sentado na cadeira de governador hoje! Então, se tivesse um pouco de bom senso para reparar essa dívida, teria a sensibilidade de encaminhar um texto justo a esta Casa, um projeto à altura e ao nível de respeito que os professores merecem.

Sr.^{as} e Srs. Professores presentes nesta Casa, digo e repito a vocês: não esmoreçam! O termômetro desta Casa são as vozes de vocês! Não se calem! Continuem com a cobrança incessante! Continuem com a cobrança justa, porque vocês não estão pedindo nada a não ser a efetivação do que é direito de vocês.

Participante das galerias: Nós não queremos acordo!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Não podemos aceitar, presidente, esta proposta enviada, pois ela é imoral!

Vamos falar em índices. Como eu estava ressaltando, o ensino à distância tem nota zero; remuneração dos professores é o último lugar no Brasil; estrutura de escolas estaduais é a pior do país. O governo acha que inaugurar parede com concreto, tão somente isso, é garantir e efetivar o direito à educação. O número de evasão escolar, ou seja, de pessoas fora da escola é o pior do Brasil.

Graças aos 16 anos do governo, que tem como referência Paulo Freire que normatizava que, na educação, ser aceitável a pessoa escrever “broco” com “br” e não com “bl”. É esse nível, é essa linha de educação que o PT adota em nosso estado, puramente ideológica, e não olha para o que, de fato, tem de ser olhado, que é, como eu digo e repito, a repetição didática para o aprendizado. Não se faz educação com doutrinação ideológica! Se faz educação valorizando aqueles que merecem ser valorizados, aqueles que tornam ela concretamente real, no dia a dia.

Aproveitando esta pauta, presidente, vamos comparar. Falei aqui e pergunto: é justo o governo gastar R\$ 1 bilhão com propaganda nos últimos 7 anos e, ao mesmo tempo, ter esta dívida a ser paga? Eu não estou fazendo ilações! Eu não estou fazendo discurso vazio! Eu estou, aqui, citando dados, estatísticas, comparativos.

Se a prioridade fosse a educação, que tem que ser a prioridade em todas as áreas de uma linha de governo, eu tenho certeza de que esse R\$ 1 bilhão teria sido investido, principalmente, para adimplir a dívida que vocês têm para com o estado! E não só os professores! Há, também, os policiais, os profissionais da saúde, servidores em todas as suas esferas da administração pública estadual que sofrem do mesmo mal.

Então, registrando, mais uma vez, quanto ao que eu discurssei, agora, há pouco, esta proposta é imoral e é injusta. Apresentamos a emenda comprometida, estabelecendo critérios claros para o pagamento: dentro de 60%, a correção do valor real e os juros moratórios. Não há discussão quanto a isso.

E para finalizar, presidente, – já faltam 2 minutos, 15, 14, deixem passar o 13, agora, sim, 2 minutos e 12 segundos para concluir (risos) – eu quero dizer a V. Ex.^{as} que

também outra questão foi discutida hoje, pela manhã, já que a pauta do momento é dos professores.

Eu gostaria de parabenizar os nobres colegas representantes da Comissão de Esportes. Aprovamos diversos requerimentos aqui, hoje, com o funcionamento da comissão. Um requerimento aprovado foi a audiência para debater a demonização que está sendo feita contra os caçadores, atiradores e colecionadores de tiro esportivo.

Sim, o Brasil tem uma dívida histórica para com o tiro esportivo. Fala-se tanto nessa palavra, palavra bonita, dívida histórica disso, dívida histórica daquilo. Mas o Brasil tem uma dívida histórica com os atiradores, porque foi a primeira medalha de ouro olímpica que o nosso país teve.

No entanto, qual é o tratamento que estão dando? São mentiras e criminalizações. Antes mesmo de passarem, aí, um engodo em texto de lei de que justificar, como disseram o governador do estado e o seu presidente, que não dá para poupar palavras, um descondenado, de que o problema da violência, principalmente do estado da Bahia, está relacionado às armas extraviadas dos CACs.

Toma vergonha na cara, rapaz!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nem 0,005%, melhor dizendo, apenas, 0,5% das armas extraviadas correspondem aos CACs. Isso não dá nem para fazer uma coceira na mão de um ladrão de geladeira, dentro do contexto de desmando da segurança pública que está, sim, porque, há 17anos, o PT e a esquerda têm uma política de cumplicidade com a (Expressão retirada pela Presidência.).

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao nobre líder do União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falarei por metade do tempo. Qual o tempo, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O tempo é de 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Por 7 minutos cada, falarão eu e o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente queria até aproveitar a presença do deputado Rosemberg para trazer um problema que o governo do estado tem criado. Eu fui me embasar sobre esse fato e trago, aqui, esse esclarecimento. Peço a tomada de providências.

Vejam bem, recebi a agenda do governador Jerônimo. Ele estará, parece que amanhã, no Hospital Dois de Julho, agora, o novo Hospital Dois de Julho. Só que esse hospital já existe. O Hospital Dois de Julho já existe há mais de 20 anos, ali, em São Marcos, que era um anexo do hospital...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): V. Ex.^a, deputado Alan Sanches, tem a palavra assegurada.

O Sr. ALAN SANCHES: O Hospital Espanhol se chamará, agora, com a nova empresa que está fazendo a gestão, Hospital Dois de Julho. Só que não se pode utilizar esse nome, porque esse nome já pertence ao hospital que fica em São Marcos, que é um anexo ao Hospital São Rafael que, depois, foi gerido pelo, se não me falha a memória, IBDH. Esse hospital é patenteado com esse nome “dois de julho”. Com o mesmo nome, não pode haver dois hospitais no mesmo município, no mesmo estado, nem no Brasil.

Então o Hospital Dois de Julho já existe. Mas parece que o governo do estado está tão desorientado na saúde que não consegue, sequer, saber que já existe esse hospital. É um hospital que tinha o convênio até, mais ou menos, 1 ano atrás, com o próprio governo do estado e, também, com o município de Salvador: Hospital Dois de Julho. Eu recebi toda a documentação e poderei passá-la para verificação. Esse hospital é de propriedade do médico Vicente Mazzafera, que presta serviço também ao Hospital São Rafael. Ele é o proprietário desse hospital.

Como pode, agora, o governo do estado querer utilizar o mesmo nome para o Hospital Espanhol que ele quer agora nomear de Hospital Dois de Julho?

Eu acho que, na ânsia, no afã, ele pode botar o 3 de julho, que é o dia seguinte ao dia da Independência. Mas o 2 de julho, infelizmente, ele não poderá utilizar, porque esse hospital já existe e é patenteado. Não é só o nome fantasia, é o nome de contrato social, o nome patenteado.

Então, mais uma vez, é uma grande barrigada que o governo do estado dá quando ele quer colocar o nome do hospital que já existe. Então, acho que precisa a assessoria do governo do estado, com relação à sua Secretaria da Saúde, fazer o dever de casa.

E, dessa forma, passarei, para todos os deputados e deputadas, toda a documentação, aliás, farta documentação do Hospital Dois de Julho que já existe, ali, na Avenida São Marcos.

Há outra coisa. Falando isso, Sr. Presidente...

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, deputado Alan?

O Sr. ALAN SANCHES: Só 1 minutinho.

Eu queria só chamar a atenção para um fato, porque, hoje, me passaram toda essa mensagem.

Mas, amigos e amigas, nós precisamos de sensibilidade com relação à educação, deputada Fabíola. A senhora é uma defensora árdua da categoria. Quando faço discursos, independente de coloração partidária, eu busco a justiça, a justiça no que a gente vai julgar, a justiça no que a gente vai defender. Esse recurso não é do governo do estado. Se não fosse a categoria dos educadores, professores, pedagogos, esse recurso não existiria.

Então, por que, agora, o governo do estado, ao invés de poder repassar esse recurso a uma categoria extremamente importante, como há outras... Nenhum de nós

estariamos aqui se não tivesse dado os primeiros passos com a educação, se não tivéssemos sofrido e brigado o tempo todo! E a gente precisa dar este reconhecimento. Nós não estamos fazendo favor nenhum! É direito legítimo da categoria poder receber a totalidade do recurso.

(As galerias se manifestam.)

Não se tem de fazer barganha! Eu lhe dou um pedaço. Eu lhe dou uma gratificação. Não, não é necessário favor! É necessário que esta Casa tenha reconhecimento deste direito. A gente precisa fazer isso.

Agora, não adianta um querer ser mais inteligente do que o outro. A Justiça não deixa. A Justiça não permite. Não, não tem advogado mais inteligente do que outro. Tem advogado que vai abrir um caminho; e o outro vai abrir outro caminho. Mas existe a Justiça. E a Justiça diz: pague! Você paga, no mínimo, isso. Mas não significa que você não pode pagar isso e mais aquilo!

O Ceará fez isso. Eu estive debatendo com meu colega Hilton Coelho. O Ceará fez isso. Há outros estados que fizeram isso também. Não é proibido a gente pagar um recurso que é deles e que não era do governo. Mas, para o governo, parece que a quantia de R\$ 1,7 bilhão, que ele está pedindo de empréstimo, não é suficiente. Ele, agora, quer meter a mão nos precatórios dos professores! Não é possível que a gente vá concordar com isso!

(As galerias se manifestam.)

Então, eu quero dizer a todos vocês professores que se fazem representados aqui: a gente precisa de uma grande mobilização. Nós estaremos aqui para defender vocês, porque achamos justo isso. Mas a gente precisa que vocês, os mais interessados, façam uma grande mobilização para sensibilizar o coração do governador Jerônimo Rodrigues.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Tiago Correia. V. Ex.^a dispõe de 7 minutos, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna para reforçar o convite que fiz mais cedo a todos os colegas para participar da apresentação pública do Projeto Polo Têxtil de Confecções, que acontecerá amanhã, dia 17 de agosto, às 16 horas, no Cemae, em Vitória da Conquista. O projeto será apresentado pela prefeita Sheila Lemos.

Isso será um importante vetor, deputado Marcinho, para a geração de emprego e renda, não só em Vitória da Conquista, mas em toda região. Esse projeto já vem mobilizando toda a cadeia produtiva da região de Vitória da Conquista com sinalizações de um financiamento e de um aporte de recursos de mais de R\$ 400

milhões. Todo esse dinheiro é da iniciativa privada. Isso mostra que é um setor que movimenta muito a economia e, com certeza, tornará Conquista em um polo de negócios, como esse setor fez com diversos municípios pelo nosso país.

Então, convido todos os colegas para participarem amanhã.

Parabenizo a prefeita Sheila Lemos por esta importante medida que, com certeza, trará mais emprego e mais renda para Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Tiago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 23 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Falará o deputado Robinson por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Seguindo a orientação do líder do Bloco da Maioria, são 5 minutos para o deputado Robinson e 5 minutos... Rosemberg vai deixar 13 minutos. Está vendo que ele vai deixar o 13, deputado Marcinho, para o senhor falar.

Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero fazer um convite a todos os deputados estaduais, especialmente, àqueles que têm relação com os municípios do Recôncavo baiano. O deputado federal Jorge Solla, do Partido dos Trabalhadores, na próxima sexta-feira, às 9 horas da manhã, estará liderando uma visita com uma comitiva do governo federal, incluindo Petrobras e empresas públicas, à cidade de Maragogipe para discutir a reativação da indústria naval no Brasil e a revitalização daquele estaleiro.

Nós sabemos que o presidente Lula, no seu primeiro mandato, tomou a decisão de defender o povo brasileiro, de colocar a Petrobras para comprar os navios e sondas no Brasil, o que foi seguido pela presidenta Dilma. E o Brasil montou um parque industrial naval dos mais respeitados no mundo.

Infelizmente, depois do golpe em 2016, Temer e o inelegível, na sequência, desmontaram a indústria naval, porque queriam privatizar a Petrobras. E 6 mil empregos gerados, lá, no Recôncavo, sumiram em poucos anos, deixando só um rastro de violência e um rastro de desigualdades pelo fim da indústria naval do Brasil.

Então esta é a mobilização que está sendo feita. Aquele equipamento é importante para gerar empregos no Brasil, empregos para nossa juventude que mora em Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Cachoeira e Santo Amaro, que ficaram sem os seus postos de trabalho devido à irresponsabilidade dos governos anteriores ao querer desmontar a Petrobras e a indústria naval no Brasil.

Na sexta feira, às 9 horas da manhã, quem se interessar, estão todos convidados.

Mas, Sr. Presidente, o deputado Alan Sanches falou algo que não poderia passar em branco. Ora, esta Bahia, do governo e dos líderes que ele apoiava, dava nome dos vivos aos equipamentos públicos e privados na Bahia: Avenida ACM, Colégio ACM, Hospital ACM, Rodoviária ACM! E ele vivo! E ele vivo! Isso é proibido por lei e pelo Ministério Público. E nunca se levantou a voz! Nunca se ouviu falar nada! O Neto deu o nome do avô ao Centro de Convenções Salvador!

Eu entrei com uma ação no Ministério Público também. Nunca ouvi falar nada! E agora ele vem, pasmem, defender um empresário que pegou o nome da maior luta e da saga do povo baiano pela independência, que é o 2 de julho, e batizou o seu equipamento privado!

E nós estamos falando do interesse público e do direito que tem o governador do estado em homenagear os nossos heróis e heroínas do 2 de julho, dando o nome a um equipamento importante que, infelizmente, foi subtraído. Dele, temos o silêncio do nosso aeroporto!

Então, eu creio que há um movimento de boicote às comemorações da Independência do Brasil, na Bahia, e ao Dois de Julho, quando se combate esta justa homenagem ao colocar o nome em um hospital que ficou fechado por quase 20 anos, sem atender a um paciente, que foi reaberto pela coragem e determinação do governador Rui Costa para atender às vítimas da Covid-19. E o governador Jerônimo não deixou mais fechar.

Será um hospital para atender urgências e emergências na Bahia. Hospital Dois de Julho, sim! Não tem nome que mais represente esta entidade!

(O Sr. presidente faz soar as campainhas.)

Essa foi uma indicação do nosso mandato que foi abraçada pelo governador Jerônimo Rodrigues.

Viva a saúde na Bahia!

Viva o novo Hospital Dois de Julho!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, visitantes, amanhã pela manhã terá uma sessão especial, de iniciativa do deputado Marcinho, que faz uma homenagem ao músico baiano Bell Marques, que receberá uma homenagem desta Casa. É sempre bom a gente estar valorizando os nossos artistas importantes, pois isso leva o nome da Bahia para os quatro cantos do mundo.

Mas, presidente, quero, apenas, também, aqui, deixar a minha... Os deputados Fabíola, Olívia, Hilton, Felipe e Robinson vêm fazendo um bom trabalho coordenado pelo presidente desta Casa no sentido de tentar buscar o melhor encaminhamento com relação a este projeto dos precatórios que tramita na Casa.

Há, sem dúvida alguma, deputada Fabíola, um questionamento com relação à base social de atendimento aos professores, que compete três bases sociais de períodos diferentes. Há, na realidade, um questionamento sobre isso. Sobre isso, conversei com Rui Oliveira e Marinalva. Estamos conversando no sentido de buscar uma solução pacificada para essa questão.

É natural que tenha algumas questões que nós temos governabilidade na Assembleia. Outras questões são de caráter jurídico que nós não temos governabilidade. Então eu espero que a gente possa, deputado Hilton, na próxima terça-feira, votar o projeto, obviamente, que possa atender, o máximo possível, aos interesses das partes.

Então este é o entendimento que nós estamos trabalhando no sentido para que a gente possa criar as condições. Hoje, aqui, nós não trabalhamos, necessariamente, para votar a urgência do projeto. Por conta disso, nós só teremos as condições de votar na próxima semana, uma vez que ainda está em fase de emendas.

Então, na próxima semana, poderemos votar a emenda, porque, independentemente da vontade de todos de votarem o projeto, há um regramento da Casa que impede que a gente possa votar com a urgência que nós gostaríamos.

Então, só para a gente entender esse encaminhamento.

Deixar registrado que recebemos o presidente da Embasa hoje. Nós o recebemos, na Casa, com diversas deputadas e deputados. Ele veio apresentar a Embasa e a sua maneira de tratar as questões atualmente: uma Embasa com o olhar para dentro, mas também o olhar para fora. Eu fiquei muito feliz com a fala dele, quando diz que tem a orientação do governador Jerônimo Rodrigues para dirimir dúvida sobre qualquer questão que se fale sobre privatização. Não há nenhum tipo de possibilidade e nenhum debate sobre esse tema dentro da Embasa. Muito pelo contrário, o objetivo hoje é no sentido de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fortalecimento da empresa, mas uma empresa que dialogue com a sociedade, que ela possa realmente ser essa empresa que nos orgulha, mas também uma empresa que, em vez de ficar apenas atendendo aos interesses corporativos, de fato, seja a empresa que atenda os interesses da sociedade baiana. Nós ficamos muito felizes com o que ouvimos neste dia de hoje, com a presença não só do presidente, mas de todos os diretores e superintendentes da empresa.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero encerrar, pois já sei que V. Ex.^a vai para a Ordem do Dia para que a gente possa, inclusive, analisar rapidamente esse projeto de forma coletiva.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Rosemberg.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Jurailton Santos: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Espere um momentinho só, deputado.

Questão de ordem, deputado Jurailton.

O Sr. Jurailton Santos: Sr. Presidente, amanhã, eu irei realizar uma sessão em homenagem aos obreiros da Igreja Universal, às 14 horas, no auditório Jorge Calmon. Quero estender o convite para todos os deputados e deputadas que quiserem estar presentes e que quiserem participar. É uma justa homenagem aos obreiros da Igreja Universal, Sr. Presidente, porque são servos que estão sempre com as mãos estendidas para ajudar o próximo e para dar uma palavra de vida. São obreiros que durante as madrugadas, nas vielas, nas ruas, estão sempre ali ajudando um próximo, levando uma palavra de vida ao próximo, àquele que está com depressão, com problemas no casamento e com filho.

Então, nós teremos, amanhã, uma sessão toda especial em homenagem aos obreiros da Igreja Universal. Eu quero deixar aqui o convite a todos os servidores que quiserem ali participar, estar presentes, ver como será essa homenagem aos obreiros.

Como o senhor também é um pastor, Sr. Presidente, está estendido o convite a V. Ex.^a, amanhã, às 14 horas, no auditório Jorge Calmon. Um abraço e obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.! Reforço o convite do deputado Jurailton para a sessão. Que dia é, pastor Jurailton?

O Sr. Jurailton Santos: Amanhã, às 14 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Amanhã, às 14 horas.

O Sr. Jurailton Santos: Auditório Jorge Calmon. Aproveito para convidar o deputado Rosemberg também.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.!

Também reforço o convite do deputado Marcinho para a sessão que homenageará o artista Bell Marques, amanhã.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Ordem do Dia.

Srs. Deputados, há um acordo de lideranças e seguirei aqui com a leitura e já vou designar o deputado Tiago Correia.

Comenda Dois de Julho ao deputado federal Elmar Nascimento; Comenda Dois de Julho ao Dr. Júlio Henrique Rosa; Comenda Dois de Julho ao gestor da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia, Vicente José Lima Neto; Comenda Dois de Julho ao pastor Silas; Comenda Dois de Julho ao deputado federal Leonardo; Título de Cidadão Baiano ao ex-ministro Carlos Eduardo.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o relator, deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, encontram-se, no âmbito das comissões, requerimentos.

(Lê) “Projeto de Resolução nº 3.118/2023, de autoria do deputado Marcinho Oliveira, que concede a Comenda Dois de Julho ao Deputado Federal Elmar José Vieira Nascimento; Projeto de Resolução nº 3.060/2023, de autoria da deputada

Fabíola Mansur, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Júlio Henrique Rosa Croda; Projeto de Resolução nº 3.106/2023, de autoria o deputado Jurailton Santos, que concede a Comenda Dois de Julho ao gestor da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia, Sudesb, Vicente José de Lima Silva Neto; Projeto de Resolução nº 2.990/2021, de autoria deputado Samuel Junior, que concede a Comenda Dois de Julho ao pastor Silas Malafaia; Projeto de Resolução nº 3.144/2023, de autoria do deputado Vitor Azevedo, que concede a Comenda Dois de Julho ao deputado federal Leonardo Silva Prates; e Projeto de Resolução nº 3.107/2023, de autoria deputado Rosenberg Pinto, que concede Título de Cidadão Baiano ao ex-ministro Carlos Eduardo Gabas.

Sr. Presidente, não havendo óbice e estando dentro das normas legislativas, é o parecer pela aprovação das resoluções.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k. Depois da leitura do relator, questão de ordem do deputado Hilton Coelho, já encaminhando a votação.

O Sr. Hilton Coelho: Quero apenas que registre meu voto contrário ao projeto que faz homenagem ao pastor Silas Malafaia.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., será registrado. O pedido de V. Ex.^a será catado.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente .

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar meu voto contrário ao projeto de lei em homenagem ao pastor Silas Malafaia.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.! Peço também que registre o pedido da deputada Fabíola Mansur.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Aprovado, com a manifestação contrária do deputado Hilton Coelho e da deputada Fabíola Mansur à comenda ao pastor Silas Malafaia.

Há também, aqui, um projeto de lei de acordo de liderança da deputada Fabíola Mansur, lei do racismo com Código Penal. Deputado Tiago Correia para relatar o projeto da deputada Fabíola Mansur.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, encontra-se no âmbito das comissões desta Casa.

(Lê) “**PARECER**

I – RELATÓRIO

O presente Parecer examina o Projeto de Lei nº 24.764/2023, de autoria da Dep. Fabíola Mansur, que “dispõe sobre a vedação da nomeação para cargos públicos, de

peças que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 - Lei do Racismo, bem como pelo art. 140, §3º do Código Penal - Injúria Racial.”.

De acordo com a movimentação processual constante do sítio eletrônico desta Casa Legislativa, a proposição foi protocolada em 20/03/2023 e constou em pauta de 22/03/2023 a 04/04/2023. Em 11/05/2023, foi encaminhado à esta Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido distribuída a minha relatoria.

De acordo com o art. 51, §1º, do Regimento Interno dessa Casa (RI/ALBA), cabe a esta Comissão analisar os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa dos projetos de lei que por aqui tramitam. Passa-se à tal análise.

II – ANÁLISE

A proposição em comento se baseia em nobre justificativa, denotando a preocupação da Parlamentar proponente com o combate ao racismo, que deve, de fato, ser uma luta de todos. Vale frisar que o racismo atinge toda a coletividade, discriminando a integralidade de uma etnia, sendo tamanha a urgência da sua erradicação no seio da sociedade que o crime, previsto na Lei nº 7.716/1989, é inafiançável e imprescritível.

Em primeira análise, a norma pretendida pode parecer invadir a reserva conferida ao Governador do Estado para deflagar o processo legislativo em matéria de regime jurídico dos servidores públicos estaduais, nos termos do inciso IV do art. 77 da Constituição Estadual. Neste caso, estaria maculada por inconstitucionalidade formal subjetiva.

No entanto, recentemente firmou o Supremo Tribunal Federal tese diversa, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1308883 / SP - SÃO PAULO, onde se discutia a constitucionalidade de Lei do Município de Valinhos/SP, de iniciativa parlamentar, que vedava a nomeação, pela Administração Pública Direta e Indireta de Valinhos, de pessoas condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

No julgamento, o Min. Edson Fachin proferiu voto no qual sustentou que:

‘Na verdade, ao vedar a nomeação de agentes públicos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município, condenados nos termos da Lei federal nº 11.340/2006, a norma impugnada impõe regra geral de moralidade administrativa, visando dar concretude aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independem de lei em sentido estrito e não se submetem a uma interpretação restritiva.

Destaco que quando do julgamento do RE 570.392, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJe 18.02.2015, Tema 29 da Repercussão Geral, o Tribunal assentou a tese de que não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública: leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade do art. 37, caput, da Constituição da República, que, ademais, têm aplicabilidade imediata, ou seja, independente de lei.’

Partindo de tais reflexões, e respeitando-se entendimentos diversos, consideramos que o mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Projeto de Lei em comento, sendo certo que, também no presente caso, a intenção é concretizar o princípio geral da moralidade administrativa na Administração Pública do Estado da Bahia, evitando que os condenados pela prática dos crimes de racismo e injúria racial passem a integrar o serviço público antes do fim do seu cumprimento de pena.

Entendemos, ainda, que neste particular a norma também se revela materialmente constitucional, pois além de se adequar aos princípios da impessoalidade e moralidade previstos no art. 37 da CF, também obedece ao princípio da não eternização das penas, dos efeitos penais e dos maus antecedentes, haja vista que limita a vedação da nomeação até o efetivo cumprimento da pena.

Nesta esteira, sob o ponto de vista constitucional, legal, e da técnica legislativa, consideramos viável a proposição, além de salutar para o combate ao racismo em suas diversas facetas.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, e reconhecendo a relevância da iniciativa, entendemos que a norma pretendida visa dar concretude aos princípios gerais da Moralidade e Impessoalidade na Administração Pública, alinhando-se ao entendimento fixado pelo STF sobre o tema.

É o voto.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

VOTOS DOS SRS.(AS) DEPUTADOS(AS) AO PARECER:

PRESIDENTE: Maria del Carmen.

A FAVOR: Matheus Ferreira (relator), Felipe Duarte, Robinson Almeida e Júnior Nascimento.

Sr. Presidente, o presente projeto de lei encontra-se dentro das boas normas e técnicas legislativas. Não havendo nenhum óbice, o parecer desta relatoria é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.! Depois da leitura do relator, como há um acordo de lideranças, encaminhado para o Plenário.

Deputado Alan, quer encaminhar a votação?

O Sr. Alan Sanches: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não.

Em votação, no âmbito do Plenário, o parecer do relator que propõe a aprovação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer **ao projeto** da deputada Fabíola Mansur.

Agora, nós já vamos encaminhar.

Tem outro aqui?

Antes de dar um intervalo para a gente votar no segundo turno esse projeto, chegaram aqui mais dois, que é do deputado... Concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Ivo Daniel de Souza; concede a Comenda Dois de Julho ao presidente nacional do MDB, deputado federal Baleia Rossi.

Deputado Rosemberg para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Os dois projetos referentes ao Dr. Ivo, deputado federal, e ao Dr. Baleia Rossi, médico, merecem toda a nossa aprovação. As comendas estão dentro das condições da realidade e da constitucionalidade pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Parecer do relator dos dois projetos, das duas comendas...

Deputado Hilton, quer falar alguma coisa?

O Sr. Hilton Coelho: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pronto.

Em discussão o parecer do relator das duas comendas. (Pausa) Encerrada a discussão.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer do relator das duas comendas.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.118/2023...

Carlinhos, bota tudo de vez...

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado **o Projeto de Resolução nº 3.118/2023. (Publicado no DOEL do dia 1º/6/2023)**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.060/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado **o Projeto de Resolução nº 3.060/2023. (Publicado no DOEL do dia 28/01/2023)**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.106/2023, deputado Jurailton.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado **o Projeto de Resolução nº 3.106/2023. (Publicada no DOEL do dia 10/5/2023).**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Se tiver alguém que queira se manifestar, pode falar.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 2.990/2021.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.990/2021 com os votos contrários do Deputado Hilton Coelho e da Deputada Fabíola Mansur (página 37). (Publicado no DOEL do dia 29/12/2021)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.144/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.144/2023. (Publicado no DOEL do dia 2/8/2023)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.107/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.107/2023. (Publicado no DOEL do dia 12/5/2023)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.098/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.098/2023. (Publicado no DOEL do dia 28/4/2023)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Resolução nº 3.101/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.101/2023. (Publicado no DOEL do dia 4/5/2023)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 24.764/2023, de autoria da deputada Fabíola Mansur.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei nº 24.764/20/2023.

PROJETO DE LEI Nº 24.764/2023

Dispõe sobre a vedação da nomeação para cargos públicos de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 - Lei do Racismo, bem como pelo art.140, § 3 do Código Penal - Injúria Racial.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - Fica vedada a nomeação de pessoas condenadas pelos crimes estabelecidos na Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 - Lei do Racismo, bem como pelo artigo 140, § 3º do Código Penal - Injúria Racial, após o trânsito em julgado da decisão condenatória e até o cumprimento da pena, incluindo a administração indireta.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de março de 2023.

Deputada FABÍOLA MANSUR

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Convoco uma sessão 1 minuto após o encerramento desta para que a gente possa aprovar, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 24.764/2023, de autoria da deputada Fabíola Mansur.

Não havendo mais nenhuma matéria, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cláudia Oliveira, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Ivana Bastos (licenciada), Ludmilla Fiscina, Neusa Cadore, Patrick Lopes, Robinho. (08)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.